



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, na sede do Conselho Nacional de Educação, em Brasília-DF, teve início a nona Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, com a presença de Maria Cristina Vargas, Jane Paiva, Maria Clara Di Pierro, Moacir Gadotti, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Jorge Alexandre Onoda Pessanha, representando o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Adeum Hilário Sauer e Célio da Cunha, membros da Comissão. Ainda participaram da reunião Timothy Ireland, Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Maria Margarida Machado, Coordenadora-Geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, Tancredo Maia, Coordenador-Geral de Alfabetização, Cláudia Veloso Torres do Amaral, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, e Andréa Oliveira, da assessoria do Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Foram registradas as ausências justificadas de Neroaldo Pontes de Azevedo e Maria Aparecida Schumacher. A reunião foi presidida pelo Professor Timothy Ireland, que iniciou dando as boas-vindas aos integrantes da Comissão. Em seguida, foi colocada em votação a pauta dos assuntos dos dois dias de reunião, composta de expediente; discussão sobre as perspectivas da SECAD para 2005; avaliação dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola; informes gerais; encaminhamento das questões discutidas na última reunião da Comissão; discussão sobre a proposta do FUNDEB; apresentação do trabalho desenvolvido pelo SESI; apresentação do Pro-Jovem; e discussão sobre a proposta de redesenho dos Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, que foi aprovada por todos os presentes.

Dando início à reunião, foi discutida uma proposta de calendário das reuniões da Comissão em 2005, ficando acordado que: a segunda reunião será no dia 17/05, na sede da REMEC do Rio de Janeiro, por ocasião da reunião do Fórum de EJA do Rio de Janeiro; a terceira será nos dias 30 e 31/08, em Brasília, por conta da realização do VII ENEJA; e a última reunião do ano ocorrerá na primeira quinzena de dezembro, em data a definir, e, preferencialmente, na Região Norte. Efetuando uma pequena inversão na pauta, passou-se aos informes do Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Primeiramente, a Professora Margarida discorreu sobre as ações relacionadas à educação do campo, que tem sido pensada de forma mais orgânica, com ênfase no segmento de 5ª a 8ª séries e na qualificação profissional inicial. A SECAD está coordenando a construção de um projeto pedagógico para educação do campo, em que se tem procurado utilizar a experiência dos movimentos sociais que atuam nesta área e considerar a realidade concreta destas populações. Ressaltou ainda a necessidade de sistematizar a articulação com o Pronera, de forma a conceber a educação do campo como política pública, que envolva os estados e municípios. A Professora Maria Clara comentou, com base nos dados brutos da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma

Agrária a que teve acesso, que de maneira geral a escolaridade dos assentados é precária, mas é levemente melhor que a população rural, confirmando a ação dinamizadora da reforma agrária. Registrou ainda a constatação da forte disposição da população de assentados pela escolarização, que pode ser equiparada à demanda da zona urbana. A Professora Margarida se responsabilizou por enviar à Comissão o Relatório da Pesquisa. Outra ação informada à Comissão é a que diz respeito à Educação Prisional. O Professor Timothy colocou que esta é uma ação interministerial, que deverá envolver o MEC, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e, possivelmente, o Ministério do Trabalho e Emprego. O principal desafio é elaborar uma política que seja capaz de envolver egressos, detentos, agentes penitenciários e famílias e que preveja formas diferentes de abordagem e atendimento. Falou ainda sobre o projeto no Estado do Ceará, que conta com apoio da SECAD, que tem a participação das Secretarias de Educação, de Inclusão Social e do Trabalho daquele Estado. A Professora Maria Clara sugeriu aproveitar a experiência de projetos de economia solidária desenvolvidos por algumas ONGs de São Paulo que poderiam contribuir para este projeto do MEC. Lembrou também que a Unesco/Hamburgo possui uma proposta de cooperação na área, o que foi confirmado pelo Prof. Célio da Cunha.

Em seguida, a reunião passou a contar com a presença do Secretário Ricardo Henriques, que iniciou a explanação sobre as principais perspectivas da SECAD para 2005. Registrou que dois objetivos norteiam as ações pensadas para este ano: o aumento da interface entre a EJA e a diversidade, em que a SECAD sai de um estágio de fragmentação para a concepção de uma agenda mais coesa; e o redesenho dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Com relação ao primeiro ponto, falou sobre o projeto Escola Aberta, que vem dar forma à conceituação proposta. Outros exemplos citados pelo Secretário são os projetos: EJA profissionalizante voltado aos agentes comunitários de saúde, em articulação com o Ministério da Saúde; educação do campo em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário; EJA profissionalizante com foco na preservação do patrimônio histórico, em articulação com o Ministério da Cultura; e educação para as populações encarceradas, coordenando ações federais com os sistemas estaduais e municipais de EJA. Com relação ao Brasil Alfabetizado, enfatizou que o foco deve ser o aumento da qualidade do processo e que se deve romper com a idéia de campanha de alfabetização. Há que se pensar em fortalecer a mobilização para entrada na alfabetização, propondo ações que garantam tanto a continuidade na educação formal como iniciativas que privilegiam a educação não formal. Destacou ainda a necessidade de viabilizar a flexibilização do uso dos recursos pelo parceiro. Registrou que estes e outros assuntos serão objeto das reuniões com representantes dos Fóruns de EJA e coordenadores estaduais de EJA para os próximos dias, num sinal claro de que a SECAD reconhece estes interlocutores como sendo de fundamental importância para o enraizamento das políticas de EJA. Passando a palavra aos presentes, o Professor Célio da Cunha iniciou dizendo que valeria à pena que esta discussão fosse levada ao extremo, com a participação das associações representativas dos municípios e outras entidades, pensando estratégias políticas e pedagógicas que fossem capazes de romper com o modelo existente. O Professor Moacir Gadotti concorda com um modelo que aborde a educação permanente, mas salientou que faltam dados imprescindíveis para subsidiar esta discussão, como informações sobre os egressos do Brasil Alfabetizado e os custos desta expansão. A Professora Maria Clara ressaltou que o problema de mobilização existe na alfabetização, mas há uma demanda explícita para as classes de 5ª a 8ª séries. Do ponto de vista da gestão, o problema-chave está no financiamento, já que cada etapa tem custos diferentes. É preciso que se abram mecanismos de financiamento que dêem conta desta demanda explícita. A Professora Jane Paiva colocou a necessidade de mapeamento do atendimento para que se possa saber a demanda e planejar a

continuidade. Com relação à continuidade, explicitou a preocupação com os processos burocráticos que prejudicam o andamento das ações. Falou ainda que a maior pressão tem sido na rede municipal e sugeriu que o assunto fosse levantado nos fóruns regionais da Undime. O Professor Célio falou da necessidade de uma “lei de responsabilidade educacional”, já que mudanças conceituais requerem revisão dos mecanismos de governabilidade da educação brasileira. Em sua opinião, enquanto não estiverem claramente definidas e assumidas as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios não haverá mudanças profundas. O Professor Heleno ressaltou que é preciso o fortalecimento dos conselhos escolares, ampliando, portanto, a participação da comunidade na fiscalização das ações públicas. Com relação ao aumento da demanda, o Professor Adeum registrou que não houve, nos últimos tempos, uma linha de financiamento para infra-estrutura e, por isso, não há novos espaços. Falou ainda que, em sua participação nas discussões sobre a definição de valores no FUNDEB, constatou que a EJA não é capaz de gerar uma pressão política. O Professor Gadotti externou sua preocupação com a incapacidade de o sistema público responder à demanda gerada pelo Brasil Alfabetizado e não ter condições de garantir a continuidade. A Cristina reforçou este ponto, lembrando que os incentivos propostos pela SECAD geraram uma grande expectativa de continuidade que pode não se efetivar. O Secretário Ricardo Henriques colocou que, de fato, o principal nó da questão é o financiamento e espera que a Comissão ajude a construir a argumentação que possa provocar e sustentar um aumento do peso da EJA no FUNDEB. Sabe que o grande desafio é conseguir bancar a EJA num fundo estável, o que, provavelmente, não deverá ocorrer nos dois primeiros anos de existência do FUNDEB. Mas registrou que, em curto prazo, há o que fazer para repensar o desenho, como, por exemplo, a construção de um bom sistema de informações, cujas primeiras etapas – mapeamento e plano de avaliação – já estão em andamento. Disse ainda que um outro objeto das preocupações da equipe diz respeito aos procedimentos administrativos. A SECAD e o FNDE estão trabalhando em conjunto na elaboração das resoluções para que sejam levadas em consideração as diversas especificidades da EJA. O Professor Timothy ressaltou que nas discussões sobre esta reconceitualização tem se buscado incorporar a concepção de educação continuada, com o uso de estratégias alternativas e, sobretudo, programas de leitura. A Professora Jane Paiva concorda com a linha proposta, mas considera que o sistema não está preparado para estas outras formas de educação. A Professora Maria Clara questionou se não seria este o papel das universidades neste processo. A Professora Margarida esclareceu que foram feitos contatos com os núcleos de estudos de EJA das universidades e foram encaminhados material e informações sobre a atuação dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola em sua respectiva região. Após este debate inicial, o Secretário Ricardo Henriques encerrou sua participação na reunião da Comissão e o Professor Timothy deu continuidade aos informes previstos na pauta.

Retomou falando sobre a ação de fornecimento de óculos aos alfabetizandos, relatando a articulação com o Ministério da Saúde e o protocolo de intenções firmado com o Rotary Internacional. A idéia é capacitar os alfabetizadores para fazerem a primeira triagem dos alunos e o encaminhamento ao atendimento médico. Solicitou aos membros da Comissão que encaminhassem informações sobre programas efetivos de fornecimento de óculos de que tivessem conhecimento, para subsidiar o desenho das ações da SECAD. Em seguida, o Prof. Tancredo falou sobre o Fórum das Estatais pela Educação, destacando os avanços das articulações com a Eletronorte e, principalmente, com os Correios, que deverão atuar no projeto “agentes de leitura”, distribuindo obras literárias aos alfabetizandos. A Professora Jane lembrou que ainda não foi implementado o projeto em parceria com o Petrobras, que prevê o fornecimento de lampiões para as turmas da zona rural. O ponto seguinte da pauta dizia respeito à educação especial e teve início com a

explicação da Professora Margarida sobre os reduzidos números de registros de alunos com necessidades educativas especiais nas classes do Brasil Alfabetizado. Apenas cinco parceiros sinalizaram a existência destes alunos, sendo que três indicaram que as classes eram exclusivas. A Professora Margarida ressaltou a importância de promover a publicação de materiais que tratam do tema, com ênfase na divulgação da legislação que trata da educação inclusiva. A Professora Maria Clara sugeriu que nas próximas reuniões com representantes dos Fóruns e com os coordenadores de EJA se tentasse mapear iniciativas e experiências relevantes neste campo em cada estado e que estas informações fossem sistematizadas e publicadas para servirem de subsídios às redes públicas de ensino. Sugeriu também que houvesse pagamento diferenciado por projetos que coloquem professores capacitados em classes inclusivas que atendam alunos especiais. A Professora Jane Paiva sugeriu que fosse feito um projeto piloto que previsse a disseminação das experiências de sucesso. O Professor Célio também concordou com a idéia, ressaltando que deveriam ser criados espaços de interação entre as experiências, que gerasse massa crítica capaz de promover o aperfeiçoamento dos projetos. Registrou ainda que há experiências e pesquisas sobre o tema em outros países e que caberia um projeto de cooperação internacional. Ponderou que a inclusão de um representante da Educação Especial na Comissão dependeria dos dados que fossem levantados neste mapeamento. Em seguida, o Professor Timothy informou que a SECAD ainda não recebeu o Relatório Final da avaliação diagnóstica dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola realizada em parceria com a Unesco. Sugeriu que a pesquisadora que coordenou os trabalhos de avaliação fosse convidada para apresentar o Relatório na próxima reunião da Comissão, no Rio de Janeiro. O Professor Timothy finalizou os informes previstos na pauta relatando a assinatura de um Protocolo de Intenções entre o MEC e o CEAAL para publicação de materiais e realização de seminários, o andamento do plano de avaliação do Brasil Alfabetizado e o lançamento de uma campanha de mídia para reforçar o mapeamento e o andamento dos trabalhos da Câmara de EJA do MEC, que tratou, na última reunião, sobre as discussões em torno do FUNDEB. O Professor Célio registrou que é preciso dar maior visibilidade à EJA no MEC e no Brasil. Às dezoito horas e quarenta minutos, o Professor Timothy interrompeu a reunião para ser retomada no dia seguinte.

Às nove horas e vinte minutos do dia oito de março do ano de dois mil e cinco, o Professor Timothy reiniciou a reunião da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos passando a palavra ao Professor Paulo Egon, Diretor da Secretaria de Educação Básica do MEC, para apresentação e discussão da proposta do FUNDEB. Neste primeiro instante, a reunião também contou com a participação do Professor João Monlevade, que assessorou o Ministério na elaboração da proposta. O Professor Paulo Egon começou sua explicação apresentando o conceito, os objetivos e as características do Fundo e suas mudanças em relação ao FUNDEF, explicando que a Proposta de Emenda Constitucional que o institui está na Casa Civil e sua aprovação deverá ocorrer em breve, mas sua implementação provavelmente acontecerá apenas no próximo ano. Ressaltou que a proposta apresentada determina diferenciações nos valores repassados por aluno, levando em conta níveis e modalidades de ensino, mas que serão definidos somente no decreto de regulamentação. Esclareceu que o valor definido para o aluno de primeira a quarta séries urbanas foi tomado como parâmetro a partir do qual todos os outros valores serão calculados. A proposta aponta que para o aluno de EJA deverão ser repassados cerca de setenta por cento do valor-base, o que tem gerado inúmeros questionamentos. Deu-se, em seguida, um amplo debate sobre o tema. O Professor Paulo Egon considera que, uma vez que o FUNDEB induz matrícula, é preciso trabalhar com uma demanda potencial de sessenta milhões de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental. O Professor Monlevade destacou que há que se fazer

uma distinção conceitual entre o custo/aluno/qualidade, o gasto total do aluno e os investimentos, ressaltando que o FUNDEB não terá como arcar com o total de custos. A grande vantagem, em sua opinião, é ter todas as matrículas atendidas pelo Fundo. A professora Maria Clara registrou que, eticamente, não há como sustentar que o aluno de EJA tem um custo menor e serão necessários estudos técnicos para apurar o seu custo real. Questionou ainda sobre o porquê de não terem sido definidas as diferenciações entre os níveis de EJA (fundamental 1ª a 4ª, fundamental 5ª a 8ª e ensino médio) tal como foi feito para o ensino regular. Registrou que considera que é papel desta Comissão afirmar que o valor do aluno de EJA não é menor. O Professor Paulo Egon esclareceu que não houve discussões sobre este ponto e que é preciso definir as estratégias de implementação do FUNDEB. A Professora Jane Paiva reforçou a questão levantada ressaltando que, dado que o ensino fundamental é um direito constitucional de todos, este Fundo não deveria fazer distinção entre criança, jovem e adulto. As diferenciações deveriam seguir aquelas definidas para o ensino fundamental, quais sejam, primeira a quarta e quinta a oitava séries do ensino fundamental e ensino médio, na zona rural e urbana, independentemente das idades dos alunos. A Professora Margarida ponderou que a EJA foi discutida no Comitê de Educação Básica do MEC de uma maneira que considera equivocada, pois as discussões sobre os valores no FUNDEB tomaram como base o valor repassado pelo Programa Fazendo Escola por aluno, que é menos que a metade do menor valor repassado pelo FUNDEF. Propôs que estas e outras questões, como carga horária e ensino regular noturno versus matrícula em EJA, sejam discutidas com maior profundidade na Comissão com o objetivo de levantar argumentos para melhor defender a EJA no FUNDEB. O Professor Monlevade, que teve grande participação na elaboração da atual proposta do Fundo, esclareceu que, na concepção utilizada, a EJA compõe-se de educação geral e educação profissional e este último componente seria financiado por outros recursos como, por exemplo, o FAT. A Professora Maria Clara propôs que a SECAD subsidiasse tecnicamente estudos sobre custos em amostras de estados e municípios para checar se as diferenciações existem, criando, assim, condições de sustentar a argumentação em favor da EJA. Foi sugerido o encaminhamento de uma moção ao Ministro no sentido de que a EJA seja pensada no FUNDEB em igualdade de condições com os níveis fundamental e médio. A Professora Jane propôs que a moção fosse assinada também pelos representantes dos Fóruns de EJA e pelos coordenadores estaduais de EJA, que estarão reunidos em Brasília na próxima semana. Todos os presentes concordaram com a idéia e a moção foi redigida pela Professora Jane Paiva e apreciada pela Comissão, que a aprovou, para ser encaminhada aos outros signatários. Dando prosseguimento à reunião e atendendo a uma sugestão feita pela Comissão Nacional de convidar alguns parceiros do Brasil Alfabetizado, o SESI passou a apresentar o trabalho que tem desenvolvido no âmbito do Programa. A Sra. Luci, Gerente de Alfabetização do SESI, e a Sra. Lúcia, integrante da equipe, detalharam as principais informações sobre o projeto, como suas características, a estrutura de coordenação e supervisão, os quantitativos envolvidos, os resultados e as formas de acompanhamento. Destacaram que são adotadas diferentes metodologias de ensino e propostas curriculares, em função das diversas parcerias firmadas em cada estado, mas que todas mantêm a convergência com as diretrizes nacionais definidas pelo SESI. Após o término da apresentação, a Professora Jane Paiva fez alguns questionamentos. Primeiramente, apontou o fato de as expositoras utilizarem todo o tempo a expressão “campanha”, contrariamente ao esforço do MEC e da SECAD de desvincular o Programa Brasil Alfabetizado da idéia da alfabetização como um fim em si mesmo, sem compromisso com a continuidade. Quis saber também qual a razão de o SESI ter reduzido o tempo de alfabetização para seis meses, já que seu modelo previa maior duração desta etapa, e, ainda, como o SESI encaminhava a questão da continuidade no Sistema S. A Sra. Luci

esclareceu que há um vício no uso do termo campanha, mas entende que, até o momento, é como tal que o Programa tem sido considerado, o que gerou fortes objeções dos presentes. Não respondeu à questão sobre o tempo de duração do projeto e quanto à falta de continuidade, justificou-se dizendo que o SESI atendia a um milhão de alunos por ano, mas o atendimento aos egressos do Brasil Alfabetizado não era feito porque iria requerer um investimento muito alto e acabaria por desviar o SESI de sua missão de prestar esses serviços aos industriários. A Professora Maria Clara ainda pediu esclarecimentos sobre o relacionamento do SESI com as redes públicas de ensino, visto que as metas elevadas com que tem trabalhado causam um grande impacto nestas redes para a continuidade. A Sra. Luci colocou que não há muitas ações no sentido do diálogo e que as articulações variam conforme o Estado. O Professor Timothy agradeceu a presença das representantes do SESI, reforçando que o Programa Brasil Alfabetizado não deve ser considerado como campanha e a própria criação da SECAD explicita um movimento em direção à continuidade que tem perpassado todas as ações do Ministério. Em seguida, passou a palavra para a Professora Maria José Feres, assessora da Secretaria Nacional de Juventude para apresentação do Pro-Jovem. Começou explicando que o Pro-Jovem é um programa elaborado para jovens, de 18 a 24 anos, que concluíram apenas a quarta série do Ensino Fundamental, não têm vínculo empregatício formal e são residentes nas capitais dos Estados. Apresentou os detalhes do projeto, como prazo, carga horária e diretrizes, ressaltando que a finalidade do Programa é a formação integral pela efetiva associação entre a elevação de escolaridade, qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Uma série de questionamentos foram feitos à Prof^a. Maria José Feres, argüindo, inclusive, a necessidade de identificar o Programa como EJA, com currículo próprio, adequado às necessidades desse grupo jovem, tal como preconizado no texto legal. Esse questionamento convergiu para o que a SECAD já fizera à secretaria Nacional de Juventude, havendo, no entanto, uma forte resistência em assumi-lo como tal.

A seguir, passou-se à leitura da Ata, que foi aprovada, e foram prestados esclarecimentos quanto aos encaminhamentos da reunião da Comissão em dezembro, a saber: não houve ainda qualquer resposta de CONTAG e UNE, que integram a Comissão e têm estado ausentes sistematicamente; a CNTE, com mudança de direção, indicou o Prof. Heleno para substituir a Prof^a. Marta Vanelli, sua representante até então; educação indígena e étnico-racial continuam sem representantes, tendo Normando, do CECUP, representante do grupo étnico pela ABONG, se afastado por integrar um governo municipal. Quanto à indicação que SEB e SECAD também tivessem assento no Conselho, foi aceita, não havendo, ainda, indicação. Com relação à consulta encaminhada para a Consultoria Jurídica do MEC sobre a função da Comissão Nacional mencionada na Lei 10.880, foi confirmado o entendimento de que a fiscalização efetuada pela Comissão deverá se dar na forma de acompanhamento, de consultoria e de assessoramento para a atuação da SECAD, ficando a fiscalização propriamente dita a cargo dos órgãos de controle da Administração Pública. Sobre a proposta feita por Jane Paiva de que o artista pernambucano Brennand pensasse o prêmio para a “Medalha Paulo Freire”, o Secretário Ricardo Henriques formalizou pessoalmente a solicitação, tendo estado algumas horas informando o artista quanto ao que tem sido pensado e feito na área. O convite foi aceito, aguardando-se a manifestação do artista. O Professor Gadotti informou que o Projeto Memória, iniciativa da Fundação Banco do Brasil, pesquisa e divulga anualmente histórias de personagens e fatos nacionais que foram marcantes para a transformação social do Brasil. A edição 2004 do Projeto Memória, em parceria com a Petrobrás, resgatou a história do médico, sociólogo e escritor Josué de Castro. Na próxima edição, o homenageado será Paulo Freire e estão previstas exposições e distribuição de material composto por vídeos, fotos, depoimentos e livros sobre seu trabalho. Disse ainda que o

Instituto Paulo Freire prepara-se para marcar os 10 anos da ausência de Paulo Freire em 2007. Em seguida, a Professora Margarida apresentou o protótipo do *site* que está sendo desenvolvido em parceria com a Unesco, denominado “Observatório de Inclusão Digital e Educação a Distância”, que se propõe a ser um espaço não governamental de interação para universidades, pesquisadores e professores. Trará um curso de formação a distância, elaborado pela SECAD, destinado a gestores e professores e que abordará a EJA e a diversidade.

Passou-se a seguir ao último ponto da pauta, tratando das propostas de redesenho dos Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Rodolfo Marino, Coordenador-Geral de Avaliação da SECAD, apresentou os elementos que têm subsidiado as discussões do redesenho do Fazendo Escola para 2005, tais como os quantitativos de alunos de EJA coletados na PNAD 2003 e no Censo Escolar 2004 do INEP/MEC, além dos números do atendimento do Programa no ano de 2004. Ressaltou que se fossem mantidos os mesmos critérios utilizados em 2004, seriam necessários recursos na ordem de R\$ 835 milhões e o orçamento para execução do Programa este ano totalizam R\$ 390 milhões. Assim, foi pensada uma proposta do Fazendo Escola que atende aos seguintes princípios: cobertura nacional para todos os municípios com matrículas em EJA, como elemento de incentivo à continuidade da alfabetização para a EJA formal; atendimento para prefeituras sem matrículas de EJA no Censo, auxiliando na instituição da rede no município; faixas diferenciadas de atendimento segundo índice de fragilidade educacional em EJA; cálculo diferenciado para prefeituras e estados. Segundo a Professora Cláudia, esta proposta faria já a transição para o FUNDEB. A Professora Maria Clara ponderou que, embora considere que a proposta contém uma lógica mais justa, já que contempla todos os municípios, é necessário que a implementação seja gradual para que os municípios que eram beneficiados com base nos outros critérios tenham tempo de se preparar para a nova sistemática. No Programa Brasil Alfabetizado, a proposta para 2005 tenta contemplar a flexibilização no uso dos recursos, o fortalecimento dos parceiros públicos e uma pactuação por Estado, que possa mapear de forma mais organizada a cobertura em cada unidade da Federação. A professora Jane Paiva reforçou que é preciso criar mecanismos capazes de executar o Brasil Alfabetizado de forma coordenada no território nacional e que a coordenação política tem que ser, necessariamente, do ente público. Sugeriu chamar os 382 parceiros do Programa para reuniões regionais que discutiriam a sua execução, o que foi aprovado por todos os membros presentes. Foi proposto também que houvesse uma reunião com o Consed, a Undime, as secretarias estaduais de educação e as grandes ONGs, antes da publicação da Resolução, como forma de discutir o redesenho e legitimar as decisões tomadas. Ficou ainda registrada a idéia de realizar um grande encontro com todos os parceiros que traria reflexos na execução de 2006. O Professor Timothy agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Nada mais havendo a registrar eu, Andréa Oliveira, lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, oito de março de dois mil e cinco.

Celio da Cunha _____

Timothy Ireland _____

Adeum Hilário Sauer _____

Maria Cristina Vargas _____

Jane Paiva _____

Maria Clara Di Pierro _____

Jorge Alexandre Onoda Pessanha _____

Moacir Gadotti _____

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho _____

Andréa Oliveira de S. Silva _____